

PCHPAR - PCH Participações S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
PCHPAR - PCH Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

2021BH008011_PAR 2021-06-30 - Relatório do Auditor PCH PAR 30.06.2021_rDCP230721.docx

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5 (a)	1	1	19.554	8.990	Fornecedores		-	-	3.902	4.027
Aplicações financeiras	5 (b)	3	-	4.021	20.742	Obrigações trabalhistas e previdenciária		-	2	192	1.484
Contas a receber de clientes	6	-	-	87.510	60.094	Impostos e contribuições a recolher		-	-	5.208	3.612
Dividendos a receber	7 (b) e 8	90.387	132.639	-	-	Provisão para férias e 13º salário		-	-	2.994	2.100
Impostos a recuperar		-	1	4.261	3.633	Dividendos a pagar	8 e 14 (c)	32.513	180.348	32.513	180.348
Despesas antecipadas		-	-	219	3.058	Receita diferida	12	-	-	4.930	3.571
Outros ativos circulantes		-	-	1.520	1.295	Provisões para compromissos futuros	11	-	-	2.738	4.188
		90.391	132.641	117.085	97.812	Outros passivos	1.2 e 18	-	-	21.323	10.615
								32.513	180.350	73.800	209.945
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições diferidas	17	-	-	332	274	Provisões para compromissos futuros	11	-	-	38.120	39.426
Impostos a recuperar		208	208	209	208	Provisões para riscos	13	136	138	1.996	2.051
Depósitos judiciais		-	-	11.849	9.872			136	138	40.116	41.477
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287						
Investimentos em controladas	7	968.390	919.123	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	9	-	-	995.790	997.135	Capital social	14	490.075	490.075	490.075	490.075
Intangível	10	-	-	14.704	17.318	Reservas de lucros		536.265	381.409	536.265	381.409
		968.598	919.331	1.023.171	1.025.094			1.026.340	871.484	1.026.340	871.484
TOTAL DOS ATIVOS		1.058.989	1.051.972	1.140.256	1.122.906	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.058.989	1.051.972	1.140.256	1.122.906

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	-	-	259.019	267.742
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	9 e 10	-	-	(18.296)	(18.503)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(10.680)	(11.375)
Custos com pessoal		-	-	(7.932)	(7.180)
Custos com manutenção		-	-	(4.432)	(4.273)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(4.146)	(3.587)
Custos com seguros		-	-	(3.262)	(942)
Custos com operação		-	-	(784)	(1.034)
Taxas setoriais		-	-	(481)	(244)
Custos com meio ambiente		-	-	(95)	(90)
Outros custos		-	-	(173)	(91)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(50.281)	(47.319)
LUCRO BRUTO		-	-	208.738	220.423
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		(6)	(6)	(4.237)	(4.019)
Administrativas e gerais		(26)	(67)	(1.051)	(1.385)
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	(1)	(1)
Outras despesas operacionais		(3)	(11)	(1.102)	(924)
Resultado na alienação de ativos		-	-	1	(113)
Total		(35)	(84)	(6.390)	(6.442)
Resultado de equivalência patrimonial	7	194.220	205.425	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		194.185	205.341	202.348	213.981
Despesas financeiras	16	-	(159)	(262)	(703)
Receitas financeiras	16	-	-	339	474
Total do resultado financeiro		-	(159)	77	(229)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		194.185	205.182	202.425	213.752
Corrente	17	-	-	(8.278)	(7.187)
Diferido	17	-	-	38	(1.383)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(8.240)	(8.570)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		194.185	205.182	194.185	205.182
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,51	0,54	-	-
Quantidade média ponderada de ações		377.645.430	377.645.430	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	194.185	205.182	194.185	205.182
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>194.185</u>	<u>205.182</u>	<u>194.185</u>	<u>205.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva Especial	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		490.075	98.015	143.946	-	-	732.036
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,38 por ação)	14 (c)	-	-	(143.946)	-	-	(143.946)
Lucro líquido do período		-	-		-	205.182	205.182
Dividendos propostos (R\$ 0,54 por ação)	14 (c)	-	-		205.182	(205.182)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>490.075</u>	<u>98.015</u>	<u>-</u>	<u>205.182</u>	<u>-</u>	<u>793.272</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		490.075	98.015	283.394	-	-	871.484
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,10 por ação)	14 (c)	-	-	(39.329)	-	-	(39.329)
Lucro líquido do período		-	-			194.185	194.185
Dividendos propostos (R\$ 0,51 por ação)	14 (c)	-	-		194.185	(194.185)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>490.075</u>	<u>98.015</u>	<u>244.065</u>	<u>194.185</u>	<u>-</u>	<u>1.026.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		194.185	205.182	202.425	213.752
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado		-	-	-	113
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	16	-	-	(135)	(64)
Reversão de atualização sobre depósitos judiciais		-	-	-	249
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		-	-	(113)	(406)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	11 e 16	-	-	201	203
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	18.297	18.503
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	10.680	11.375
Equivalência patrimonial	7	(194.220)	(205.425)	-	-
Apropriação de receita diferida		-	-	(1.111)	(5.984)
Constituição do ajuste MRE		-	-	2.350	(38.912)
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	(45)	1.639
Provisão para riscos	13	(2)	44	(55)	(330)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(27.416)	(13.914)
Impostos a recuperar		-	164	(629)	(340)
Despesas antecipadas		-	-	2.839	830
Outros ativos		-	-	(225)	(21)
Fornecedores		-	-	(2.313)	143
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(2)	(2)	(1.292)	(1.257)
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(4.694)	(4.466)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	894	848
Pagamento compromissos futuros	11	-	-	(1.448)	(1.527)
Outros passivos		-	-	28	3
Caixa gerado nas operações		(39)	(37)	198.238	180.437
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	7	187.205	140.684	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(2.181)	(1.960)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		187.166	140.647	196.057	178.477
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Resgastes (aplicações) em aplicações financeiras		(2)	(1)	16.834	(22.646)
Depósitos judiciais		-	-	(1.823)	(56)
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(13.340)	(8.074)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.4	-	-	-	5.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de investimentos		(2)	(1)	1.671	(25.776)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	14	(187.164)	(140.646)	(187.164)	(140.646)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(187.164)	(140.646)	(187.164)	(140.646)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	10.564	12.055
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	5	1	1	8.990	8
No fim do exercício	5	1	1	19.554	12.063
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	10.564	12.055

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PCHPAR - PCH Participações S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “PCHPAR”), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de “Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas da Companhia se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização para discussão da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física (energia assegurada) de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,21 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 10,92 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 2,61 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física (energia assegurada) de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

A ABRADEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação e energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 08 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - (MRE) - Consolidado

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos de R\$1.111 referente aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Os valores estão sendo descontados dos faturamentos das PCH's do Grupo em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do risco hidrológico – (RRH) – Consolidado

A Companhia aderiu à RRH referente a todas as suas controladas nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, as controladas da companhia possuem uma provisão de R\$21.295 constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$10.680.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009.

O MME restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Brasil PCH, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015, a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física “automática”, conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que ela promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrito acima, a Companhia, em junho de 2020, concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica “receita líquida”, no montante de R\$44.411, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

1.4. Sinistro de São Joaquim

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2021.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo as unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH São Joaquim. A seguradora efetuou os pagamentos de R\$5.000 em 10 de junho de 2020 e R\$5.000 em 23 de novembro de 2020, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Estes valores, deduzidos de R\$150 relativos à recuperação de despesas de sinistro, juntamente com os efeitos da baixa dos ativos substituídos, no montante de R\$7.256, foram reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” ao longo do exercício de 2020.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está aguardando a análise final pela Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema. Estima-se que o processo relativo à regulação do sinistro se encerre ainda no exercício de 2021.

1.5. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado (“ROV”), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, em trecho com aproximadamente 44 metros de extensão, colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram iniciadas no mês de maio e a produção de energia interrompida, com estimativa de retomada da geração no mês de julho.

Até a data base de 30 de junho de 2021 foram reconhecidos no ativo fixo, na rubrica de “Imobilizado em Andamento”, o montante de R\$13.345 referente ao reestabelecimento da condição operativa do empreendimento.

Destaca-se que a Companhia está amparada por seguro de risco operacional, tendo sido emitido o pertinente aviso de sinistro à Seguradora em 01/09/2020.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Consolidado

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	3.902	-	-	3.902
Outros passivos	28	-	-	28
Total	3.930	-	-	3.930

4. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia, e as de suas controladas diretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, os investimentos mantidos em suas controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Bancos	1	1	13.312	8
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	-	-	6.242	8.982
	1	1	19.554	8.990

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado à 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Fundos de investimento em renda fixa (a)	3	-	4.021	20.742
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>4.021</u>	<u>20.742</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variaram entre 62,83% a 119,41% do CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$87.510 em 30 de junho de 2021 (R\$60.094 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$19.506, até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle com 100% de participação nas 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	30/06/21	30/06/20
No início do exercício	919.123	780.401
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	(144.953)	(146.968)
Equivalência patrimonial	194.220	205.425
No fim do exercício	<u>968.390</u>	<u>838.858</u>

a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	30/06/21				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	7.385	72.848	8.370	2.577	69.286
Calheiros	6.555	58.568	4.807	731	59.585
Caparaó	2.018	19.818	1.364	768	19.704
Carangola	5.832	44.233	7.889	1.183	40.993
Funil	7.897	62.227	6.761	1.193	62.170
Irara	9.926	96.377	12.239	6.805	87.259
Jatai	11.060	91.312	13.509	1.659	87.204
Monte Serrat	10.014	103.173	10.205	3.618	99.364
Retiro Velho	7.224	88.948	4.890	2.078	89.204
Santa Fé	22.531	135.489	33.622	15.383	109.015
São Joaquim	7.554	65.317	14.438	1.546	56.887
São Pedro	10.377	103.022	6.820	2.070	104.509
São Simão	8.705	81.633	6.759	369	83.210
Total	<u>117.078</u>	<u>1.022.965</u>	<u>131.673</u>	<u>39.980</u>	<u>968.390</u>

	31/12/20				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	6.840	74.312	10.072	2.626	68.454
Calheiros	4.980	59.891	11.971	1.082	51.818
Caparaó	1.339	20.269	1.551	921	19.136
Carangola	4.320	45.235	12.168	1.308	36.079
Funil	5.764	63.371	6.024	1.193	61.918
Irara	7.534	98.304	16.733	7.183	81.922
Jatai	8.472	93.362	19.061	2.059	80.714
Monte Serrat	7.610	104.877	10.928	3.980	97.579
Retiro Velho	5.607	89.289	9.792	940	84.164
Santa Fé	21.167	124.008	24.089	15.692	105.394
São Joaquim	9.922	63.862	17.442	1.515	54.827
São Pedro	7.823	104.997	6.298	2.460	104.062
São Simão	6.429	83.112	16.108	379	73.056
Total	<u>97.807</u>	<u>1.024.889</u>	<u>162.237</u>	<u>41.338</u>	<u>919.123</u>

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	30/06/21				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	17.974	14.572	14.033	14.030	13.464
Calheiros	14.865	11.461	11.194	11.196	10.730
Caparaó	3.495	2.467	2.429	2.423	2.321
Carangola	13.226	10.501	9.817	9.810	9.397
Funil	18.810	15.307	15.083	15.086	14.494
Irara	23.905	19.247	19.075	19.095	18.321
Jataí	26.882	21.804	21.311	21.292	20.441
Monte Serrat	24.333	19.891	19.740	19.736	18.962
Retiro Velho	17.366	13.254	13.185	13.190	12.644
Santa fé	34.720	28.532	26.416	26.491	25.345
São Joaquim	17.931	14.639	14.290	14.325	13.751
São Pedro	24.832	20.460	19.616	19.592	18.807
São Simão	20.680	16.599	16.192	16.195	15.543
Total	<u>259.019</u>	<u>208.734</u>	<u>202.381</u>	<u>202.461</u>	<u>194.220</u>

	30/06/20				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.116	22.959	22.237	22.248	21.416
Calheiros	13.184	9.732	9.469	9.478	9.061
Caparaó	4.857	3.833	3.795	3.801	3.652
Carangola	11.698	9.088	8.469	8.472	8.103
Funil	26.753	23.231	22.920	22.938	22.085
Irara	21.383	16.930	16.597	16.587	15.896
Jataí	23.978	19.306	18.787	18.825	18.055
Monte Serrat	26.296	22.055	21.916	21.912	21.069
Retiro Velho	20.202	16.536	16.506	16.526	15.883
Santa fé	31.159	26.279	24.519	24.514	23.508
São Joaquim	14.184	11.217	10.699	10.754	10.291
São Pedro	29.689	25.207	24.486	24.513	23.562
São Simão	18.243	14.047	13.662	13.424	12.844
Total	<u>267.742</u>	<u>220.420</u>	<u>214.062</u>	<u>213.992</u>	<u>205.425</u>

b) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	240.841
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	146.968
Dividendos recebidos	<u>(140.684)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	247.124
Saldo em 31 de dezembro de 2020	132.639
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	144.953
Dividendos recebidos	<u>(187.205)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>90.387</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativo circulante - dividendos a receber:				
Bonfante	5.933	8.161	-	-
Calheiros	2.773	10.329	-	-
Caparaó	802	1.114	-	-
Carangola	6.035	10.776	-	-
Funil	3.651	3.937	-	-
Irara	8.513	13.927	-	-
Jataí	9.426	15.809	-	-
Monte Serrat	7.378	8.935	-	-
Retiro Velho	2.212	7.800	-	-
Santa Fé	25.560	20.791	-	-
São Joaquim	10.607	13.166	-	-
São Pedro	3.512	4.015	-	-
São Simão	3.985	13.879	-	-
	<u>90.387</u>	<u>132.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante - dividendos a pagar				
Brasil PCH S.A.	<u>32.513</u>	<u>180.348</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração (consolidado)

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$103 (R\$100 em 30 de junho de 2020).

9. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado – consolidado

	Taxa de Depreciação	Consolidado	
		30/06/21	31/12/20
Terrenos	-	42.701	42.486
Turbina hidráulica	2,50%	123.159	125.203
Conduto forçado	3,13%	29.557	30.312
Gerador	3,33%	69.429	71.193
Comporta	3,33%	22.359	22.957
Subestação unitária	3,57%	40.935	42.249
Estrutura de tensão	3,57%	18.348	18.904
Casa de força produção hidráulica	2,00%	333.555	337.923
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	243.986	246.877
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.235
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	56.457	55.181
Imobilizado em Curso	-	15.304	2.615
		<u>995.790</u>	<u>997.135</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas suas controladas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado – consolidado

2021

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/21
<u>Custo</u>					
Terrenos	42.486	215	-	-	42.701
Turbina hidráulica	174.444	132	-	5	174.581
Conduto forçado	48.222	-	-	-	48.222
Gerador	115.199	154	-	-	115.353
Comporta	36.722	176	(163)	-	36.735
Subestação unitária	75.069	26	-	-	75.095
Estrutura de tensão	31.295	-	-	-	31.295
Casa de força produção hidráulica	444.032	68	-	6	444.106
Reservatório, barragem, adutora	320.912	890	(636)	(6)	321.160
Adiantamento a fornecedores	1.235	-	-	(1.235)	-
Outras máquinas e equipamentos	89.231	1.727	-	1.229	92.187
Imobilizado em curso	2.615	12.683	-	6	15.304
	<u>1.381.462</u>	<u>16.071</u>	<u>(799)</u>	<u>5</u>	<u>1.396.739</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(49.241)	(2.181)	-	-	(51.422)
Conduto forçado	(17.910)	(755)	-	-	(18.665)
Gerador	(44.006)	(1.918)	-	-	(45.924)
Comporta	(13.765)	(611)	-	-	(14.376)
Subestação unitária	(32.820)	(1.340)	-	-	(34.160)
Estrutura de tensão	(12.391)	(556)	-	-	(12.947)
Casa de força produção hidráulica	(106.109)	(4.442)	-	-	(110.551)
Reservatório, barragem, adutora	(74.035)	(3.139)	-	-	(77.174)
Outras máquinas e equipamentos	(34.050)	(1.680)	-	-	(35.730)
	<u>(384.327)</u>	<u>(16.622)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(400.949)</u>
Imobilizado Líquido	<u>997.135</u>	<u>(551)</u>	<u>(799)</u>	<u>5</u>	<u>995.790</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/20</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	43.071	105	-	-	43.176
Turbina hidráulica	173.541	228	(1.595)	1.470	173.644
Conduto forçado	48.181	-	-	-	48.181
Gerador	115.915	91	(1.888)	694	114.812
Comporta	36.196	28	-	44	36.268
Subestação unitária	75.288	-	(268)	44	75.064
Estrutura de tensão	31.319	-	-	-	31.319
Casa de força produção hidráulica	445.721	613	(2.495)	673	444.512
Reservatório, barragem, adutora	316.510	1.407	(567)	15	317.365
Adiantamento a fornecedores	-	758	-	(758)	-
Outras máquinas e equipamentos	86.064	413	(2.625)	3.119	86.971
Imobilizado em Curso	857	6.014	-	(5.301)	1.570
	<u>1.372.663</u>	<u>9.657</u>	<u>(9.438)</u>	<u>-</u>	<u>1.372.882</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(45.355)	(2.170)	473	-	(47.052)
Conduto forçado	(16.424)	(753)	-	-	(17.177)
Gerador	(40.879)	(1.928)	1.557	-	(41.250)
Comporta	(12.548)	(605)	-	-	(13.153)
Subestação unitária	(30.253)	(1.342)	116	-	(31.479)
Estrutura de tensão	(11.300)	(557)	-	-	(11.857)
Casa de força produção hidráulica	(98.157)	(4.345)	483	-	(102.019)
Reservatório, barragem, adutora	(67.952)	(3.103)	11	-	(71.044)
Outras máquinas e equipamentos	(32.031)	(1.613)	1.157	-	(32.487)
	<u>(354.899)</u>	<u>(16.416)</u>	<u>3.797</u>	<u>-</u>	<u>(367.518)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.017.764</u>	<u>(6.759)</u>	<u>(5.641)</u>	<u>-</u>	<u>1.005.364</u>

(*) Reclassificações entre contas do ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível - consolidado

	<u>Taxa de Amortização</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Servidões	-	3.059	3.043
Software	20%	2.086	1.954
Medidas compensatórias	10 a 25%	23.201	24.338
Indenização de terras	-	1.694	1.644
Legalização de terras	-	1.523	1.523
Amortização Acumulada		<u>(16.859)</u>	<u>(15.184)</u>
		<u>14.704</u>	<u>17.318</u>

b) Movimentação do intangível – consolidado

2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/21</u>
<u>Custo</u>					
Servidões	3.043	21	-	(5)	3.059
Software	1.954	132	-	-	2.086
Medidas compensatórias	24.338	-	(1.137)	-	23.201
Indenização de terras	1.644	50	-	-	1.694
Legalização de terras	1.523	-	-	-	1.523
	<u>32.502</u>	<u>203</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(5)</u>	<u>31.563</u>
 <u>(-) Amortização</u>					
Software	(727)	(177)	-	-	(904)
Medidas compensatórias	<u>(14.457)</u>	<u>(1.498)</u>	-	-	<u>(15.955)</u>
	<u>(15.184)</u>	<u>(1.675)</u>	-	-	<u>(16.859)</u>
 Intangível líquido	<u>17.318</u>	<u>(1.472)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(5)</u>	<u>14.704</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	2.199	741	-	2.940
Software	1.328	560	-	1.888
Medidas compensatórias	20.694	2.776	(1.251)	22.219
Indenização de terras	2.227	40	(664)	1.603
Legalização de terras	1.612	-	-	1.612
	<u>28.060</u>	<u>4.117</u>	<u>(1.915)</u>	<u>30.262</u>
 <u>(-) Amortização</u>				
Software	(439)	(124)	-	(563)
Medidas compensatórias	<u>(11.297)</u>	<u>(1.963)</u>	<u>(2)</u>	<u>(13.262)</u>
	<u>(11.736)</u>	<u>(2.087)</u>	<u>(2)</u>	<u>(13.825)</u>
 Intangível líquido	<u>16.324</u>	<u>2.030</u>	<u>(1.917)</u>	<u>16.437</u>

11. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

		31/12/20	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	30/06/21
Compromissos socioambientais	(a)	15.682	-	(636)	(182)	81	14.945
Provisão para medidas compensatórias	(b)	13.460	-	(1.137)	(1.266)	120	11.177
Provisão para legalização de terras	(c)	1.524	-	-	-	-	1.524
Provisão para indenizações de terras	(d)	12.948	264	-	-	-	13.212
		<u>43.614</u>	<u>264</u>	<u>(1.773)</u>	<u>(1.448)</u>	<u>201</u>	<u>40.858</u>
Passivo circulante		4.188					2.738
Passivo não circulante		39.426					38.120

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - todas as PCHs do Grupo possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terra - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terra - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram a uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

12. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

	30/06/21	31/12/20
Exposição ao MRE 2020/2021 (a)	4.930	3.571
Total	<u>4.930</u>	<u>3.571</u>

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/20	Constituição e atualização	Realização	30/06/21
Exposição ao MRE (a)	3.571	2.350	(991)	4.930
	<u>3.571</u>	<u>2.350</u>	<u>(991)</u>	<u>4.930</u>

	31/12/19	Constituição e atualização	Reversão	Realização	30/06/20
Exposição ao MRE (a)	11.976	2.416	-	(5.985)	8.407
Revisão de garantia física (b)	39.270	5.141	(44.411)	-	-
	<u>51.246</u>	<u>7.557</u>	<u>(44.411)</u>	<u>(5.985)</u>	<u>8.407</u>

(a) Exposição ao MRE – 2020/2021 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Reversão da garantia física – vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

13. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$1.997 (R\$2.051 em 31 de dezembro de 2020). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	31/12/20	Constituição	Baixas	30/06/21
Trabalhista	128	-	(55)	73
Regulatório	1.221	-	-	1.221
Tributário	625	-	-	625
Cíveis	77	-	-	77
Total	<u>2.051</u>	<u>-</u>	<u>(55)</u>	<u>1.996</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	Consolidado	
	30/06/21	31/12/20
Trabalhistas (a)	306	300
Cíveis (b)	2.740	2.740
Ambientais (c)	1.019	1.019
Tributário (d)	1.224	889
	<u>5.289</u>	<u>4.948</u>

(a) As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão de obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

(b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra Areia".
- (d) Valores que se referem a discussões tributárias, a saber: ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$490.075 e está representado por 377.645.430 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas pelo acionista Brasil PCH S.A.

b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. A Companhia não vem constituindo reserva legal, uma vez, que atingiu, em exercícios anteriores, o limite de 20% do capital social estabelecido pela legislação societária.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	289.486
Dividendos distribuídos	143.946
Dividendos pagos	<u>(140.646)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>292.786</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.348
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	39.329
Dividendos pagos	<u>(187.164)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>32.513</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$194.185 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$205.182 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2020), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	270.072	232.988
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(1.479)	5.627
Recontabilização + Consumo Interno	241	-
Revisão de Garantia Física	-	39.270
	<u>268.834</u>	<u>277.885</u>
PIS e COFINS corrente	(9.858)	(8.504)
PIS e COFINS diferido	43	(1.639)
	<u>(9.815)</u>	<u>(10.143)</u>
Receita líquida de vendas	<u>259.019</u>	<u>267.742</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(201)	(205)
Outras despesas financeiras	(61)	(498)
Total	<u>(262)</u>	<u>(703)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	200	406
Atualização de depósito judicial	135	64
Outras receitas financeiras	4	4
Total	<u>339</u>	<u>474</u>
Total	<u>77</u>	<u>(229)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	194.185	205.182	202.425	213.752
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(66.023)	(69.762)	(68.825)	(72.675)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	77.053	64.022
Efeitos de equivalência patrimonial	66.035	69.845	-	-
Crédito não constituído	(12)	(83)	12	83
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	8.240	8.570
Corrente	-	-	(8.278)	(7.187)
Diferido	-	-	38	(1.383)

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$337 em 30 de junho de 2021 (R\$225 em 30 de junho de 2020).

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

	30/06/21	31/12/20
PIS e COFINS diferidos	180	148
IRPJ e CSLL diferidos	152	126
	332	274

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

18. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controlada		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	19.554	8.990
Aplicações financeiras	3	-	4.021	20.742
Contas a receber	-	-	87.510	60.094
Depósitos judiciais	-	-	11.849	9.872
Outros ativos	-	-	1.807	1.295
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	3.902	4.027
Outros passivos	-	-	28	-

A administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do semestre, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022 (fonte Boletim Focus). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Consolidado</u>					
Operação	Exposição 30/06/21	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	6.242	Baixa do CDI	421	316	211
Aplicação financeira	4.021	Baixa do CDI	271	204	136

19. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2022 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, as suas controladas renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.289.848, lucros cessantes no montante de R\$656.462, linha transmissão R\$118.531 e Barragens R\$782.701.

20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	1.773	2.433
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	264	4.297
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	741
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	688	20
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	-	-	234	84
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	-	-	3.124	598
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	39.329	143.946	39.330	143.946
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	144.953	146.967	-	-

Adicionalmente as informações apresentadas as transações não caixa pertinentes as adições do ativo imobilizado e intangível afetam a conciliação das suas respectivas notas com a Demonstração do Fluxo de Caixa. As adições pela competência, deduzidas das adições da provisão para compromissos futuros, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de impostos, somadas ao montante de reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado do período, montam o saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa.

21. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG - 110880/O-2